



Carta do Ministro Geral

Mauro Jöhri OFM Cap

**EM QUE PONTO ESTÁ O TRABALHO SOBRE AS
CONSTITUIÇÕES?**

4 de outubro de 2008

© Copyright by:
Curia Generale dei Frati Minori Cappuccini
Via Piemonte, 70
00187 Roma
ITALIA

tel. +39 06 420 11 710
fax. +39 06 48 28 267
www.ofmcap.org

Ufficio delle Comunicazioni OFMCap
info@ofmcap.org
Roma, A.D. 2016

Sommario

Em que ponto está o trabalho sobre as Constituições?.....	5
1. O caminho traçado para o trabalho a ser feito.....	5
2. Em que ponto estamos?.....	6
3. Como prosseguir o trabalho	9

CARTA CIRCULAR A TODOS OS FRADES DA ORDEM SOBRE NOSSAS CONSTITUIÇÕES

(Prot. N. 00764/08)

Em que ponto está o trabalho sobre as Constituições?

Caros Irmãos,

faz pouco mais de um ano, dia 27 de maio de 2007, enviei a vocês uma carta (Prot. N. 00484/07) na qual expunha como seria desenvolvido o trabalho de renovação das nossas Constituições. Foi constituída uma Comissão e esta começou imediatamente o trabalho. Ela enviou a todos vocês diversos textos, material necessário para iniciar o trabalho desejado pelo Capítulo Geral de 2006.

Hoje escrevo novamente a vocês sobre esse tema, para informar a todos sobre o modo como andam os trabalhos e para comunicar algumas mudanças no método de trabalho. Mudanças essas adotadas para o maior envolvimento de todas as áreas geográficas de nossa Ordem.

1. O CAMINHO TRAÇADO PARA O TRABALHO A SER FEITO

Na carta de Pentecostes de 2007 descrevia sumariamente a meta da intervenção sobre as Constituições: extração das normas não fundamentais e sua passagem para as Ordenações ou Estatutos Gerais; enriquecimento do texto atual a partir dos CPOs VI e VII, bem como dos recentes documentos do Magistério sobre a vida consagrada. Considerando sempre as indicações do Capítulo Geral, insistia em que o trabalho devia ter o necessário respeito para com o texto atual. Em seguida foram enviados pela Ordem subsídios sobre alguns aspectos da renovação teológica que deveriam inspirar o trabalho a ser feito. A Comissão

enviou a vocês, inserida na sua carta de 20 de outubro de 2007, a Premissa informativa, na qual estava descrita a gênese do trabalho a executar e indicado como executar as decisões do último Capítulo Geral. Em seguida, com a carta a todos os frades da Ordem, de 8 de fevereiro de 2008, a Comissão convidava a trabalhar os três primeiros capítulos das atuais Constituições e a enviar as próprias propostas de transferência ou de emendas ao texto até o final do mês de junho deste ano.

2. EM QUE PONTO ESTAMOS?

Eu escrevo a vocês exatamente para pontuar o que foi feito até agora, como a Ordem participou desse esforço para retomar e prosseguir o nosso caminho. Na primeira carta circular (Prot. N. 00484/07) vos manifestava aquilo que eu esperava deste trabalho, considerando-o como um caminho à descoberta do que nós capuchinhos intencionávamos levar ao mundo de hoje, e desejava, em primeiro lugar, que se retomasse em mãos o texto das nossas Constituições, para nos apropriarmos dele. Com serenidade posso afirmar que muitas Circunscrições promoveram ou estão promovendo encontros de aprofundamento do texto atual. Foram organizadas jornadas de estudo com a ajuda de confrades expertos na matéria ou foram dedicadas ao tema semanas de formação, exercícios espirituais dirigidos aos frades, com meditações sobre o texto das Constituições. Tudo isto me alegra e me dá esperança de que terá continuidade. Nestes últimos anos dedicamos tempo à reflexão, ao aprofundamento e ao confronto com as Propostas dos últimos Conselhos Plenários. Agora me parece natural que voltemos a nos ocupar intensamente do texto das Constituições para conhecê-lo e intervir sobre o mesmo como nos foi pedido pelo Capítulo Geral de 2006. Este é o primeiro e belíssimo fruto! Não me resta senão encorajar os Ministros de todas as Circunscrições, mas também os responsáveis pela formação permanente a prosseguir nesta direção.

A Comissão convidou vocês a trabalhar o texto das Constituições e a apresentar vossas propostas de transferência e desanexação para o enriquecimento dos três primeiros Capítulos até o fim de junho de 2008. Ao mesmo tempo, seguindo as indicações do Capítulo Geral, pedia que levassem em conta o Projeto elaborado pela Comissão precedente e apresentado no Capítulo Geral de 2006.

Pois bem, qual foi a vossa resposta, irmãos?

As propostas chegadas à Comissão foram numerosas, mais de 1500. Este dado consola e alegra. Muitas propostas retomam o Projeto de 2006 que mencionei. Não faltam propostas de intervenção fortemente inovadora do texto, porém não são numerosas. Alguns frades pedem que se mantenha o texto atual, tal como está. No momento é impossível quantificar o número deles ou quais são as motivações que levam estes irmãos a exprimir-se neste sentido. Só em parte se pode intuí-las e conhecê-las.

Como disse, as fichas chegadas são numerosas. Todavia, se examinamos quais foram as áreas da Ordem que responderam, constatamos que são apenas algumas áreas. Temos também muitas áreas extensas, às vezes Conferências inteiras, que não se manifestaram. Isto, evidentemente, nos leva a pensar. Alguns confrades dirigiram-se diretamente a mim, ou escolheram outra via, para manifestar as dificuldades que muitos frades encontraram para executar a proposta de trabalho da Comissão. Considerando as observações e as vozes dos irmãos que me falaram pessoalmente, aproveitei o encontro com os Superiores Maiores da Índia para sentir o parecer deles. Surgiu, por unanimidade, a proposta de convidar a Comissão a elaborar ela mesma um esquema, mantendo firmemente os critérios enunciados nos documentos enviados à Ordem para executar o trabalho. Isto não quer dizer que os frades se recusem a fazer o trabalho sobre as Constituições, mas muitos têm a impressão que o método proposto, requer a intervenção de expertos. Ter um texto sobre o qual se possam fazer as próprias observações seria mais concreto.

Alguns têm dúvidas sobre que texto trabalhar e pretendem que o texto do Projeto 2006 elaborado pela Comissão precedente seja o “Instrumentum laboris”. Quanto ao mérito disso diga-se que o Capítulo Geral pediu para se “levar em conta”, mas absteve-se de defini-lo “Instrumentum laboris”. Com honestidade, se deve recordar que o Capítulo Geral não aprofundou aquele texto. Considerou na ocasião e constatou que o Projeto 2006 ia além do que fora pedido pelo Capítulo de 2000. O fato de este texto ter sido anexado à documentação enviada a todas as Circunscrições demonstra a vontade da Comissão de agir em sintonia com o Capítulo Geral oferecendo a todos a possibilidade de consultar aquele texto e, se considerado útil, utilizar e propor sugestões para o texto que se está formulando. Trata-se de um texto útil, que não queremos nem sub, nem supervalorizar.

A Comissão teve a sua terceira reunião na Cúria Geral de 14 a 30 de julho de 2008, quando examinou em detalhe o material enviado que foi cuidadosamente fichado e predisposto para a leitura, pelo Secretário da Comissão. Durante as duas semanas de trabalho, tive oportunidade de encontrar os membros da Comissão para sentir deles qual a correspondência da Ordem nesta primeira fase dos trabalhos e qual o tipo de respostas recebido. Já antecipei acima o resultado. De minha parte eu aproveitei o encontro para comunicar as perplexidades e as riquezas que chegaram até mim, ou que eu recolhi durante as minhas visitas a várias Circunscrições. Eu pedi aos membros da Comissão para refletir atentamente sobre: “Que será preciso fazer para envolver ao máximo na melhor perspectiva, todos os frades da Ordem, nesta operação de renovação das nossas Constituições?” Eu pedi à Comissão de examinar atentamente a proposta de passar para a elaboração de um texto a ser submetido ao exame dos frades. O diálogo que se seguiu foi sereno, sério e aprofundado. A Comissão terminou decidindo aderir á proposta.

A este ponto recorro e enfatizo que o método de trabalho proposto e longamente amadurecido nas duas primeiras sessões de trabalho da Comissão, obedecia a esta instância fundamental:

«Permanecendo nos critérios estabelecidos pelo Capítulo Geral, a Comissão, na obrigação do respeito a todos, não quer de modo algum, condicionar o trabalho dos frades, os quais já dispõem de material suficiente para aprofundar as Constituições e, eventualmente, quando julgarem oportuno, propor as modificações. O trabalho deverá ser a livre expressão e fruto do estudo pessoal e comunitário, em atitude de escuta do Espírito e dos sinais dos tempos e da diversidade de lugares» (*Carta de 8 de fevereiro de 2008*).

Aliás, o método era totalmente mais fácil, ou menos pesado para a Comissão; e deve ser dito que os membros da Comissão estão trabalhando com muito empenho e sem economia de tempo. Já realizaram três reuniões: as duas primeiras (outubro de 2007 e fevereiro de 2008) de uma semana cada; a terceira (julho de 2008), de 15 dias.

Na reunião de julho passado os membros da Comissão se dividiram em três grupos e cada um examinou, um dos primeiros três capítulos das Constituições junto com as propostas de modificação de desincorporação do Projeto de 2006 e as outras propostas enviadas. Sucessivamente toda a Comissão, em reunião

plenária, examinou novamente o atual texto dos três primeiros capítulos e depois avaliou com atenção o texto do Projeto de 2006 e todas as outras propostas. A Comissão está realmente desenvolvendo um trabalho de grupo.

Ao término da terceira reunião a Comissão criou entre seus membros três Sub-Comissões, as quais nos meses de outubro e novembro se reunirão para preparar, cada uma, o esquema de um dos primeiros três Capítulos das Constituições. Na reunião plenária de 9 a 20 de dezembro de 2008, a Comissão examinará e aprofundará o texto preparado pelas sub-comissões, que em seguida, com as necessárias explicações e motivações justificativas, será submetido à avaliação de toda a Ordem.

3. COMO PROSEGUIR O TRABALHO

O Definitório Geral, reunido de 15 a 26 de setembro, apreciou o trabalho até agora realizado pela Comissão e as propostas que esta elaborou após a avaliação da participação da Ordem e o encontro com o Ministro Geral. Após ter lido o relatório do Secretário da Comissão e escutado a exposição de frei Felice Cangelosi, Presidente da Comissão, por unanimidade acolhemos a proposta de que de agora em diante a Comissão irá elaborar um texto a ser submetido à avaliação dos frades.

Disso resulta que a Comissão se dirigirá à Ordem para dar indicações concretas sobre o trabalho a realizar somente quando estiver pronto o esquema dos três primeiros capítulos das Constituições, ou pelo menos, de alguns desses.

Na espera dessas comunicações, que esperamos sejam feitas nos primeiros meses do próximo ano, aqueles que já estão aprofundando os capítulos quarto, quinto e sexto das Constituições ou queiram aprofundar-lhes, sintam-se livres para fazê-lo e não deixem de enviar as suas propostas à Secretaria da Comissão.

A Comissão e o Definitório também consideraram algumas outras dificuldades encontradas no caminho. Duas são certamente relevantes:

1. as traduções das Constituições, inclusive a italiana, freqüentemente deixam muito a desejar. A Comissão tem também necessidade de fazer esclarecimentos ou correções, comparando as várias traduções com o texto original e típico em latim;

2. uma outra dificuldade encontrada está no longo tempo necessário para fazer a tradução dos textos e enviar aos confrades. Os tradutores são poucos e não raro estão sobrecarregados de outras traduções, sempre a serviço da Ordem. Tudo isso tem grande peso sobre o espaço de tempo de realização do trabalho sobre as Constituições. Renovo, pois, o meu apelo aos Ministros e às Conferências da Ordem para que se apressem para encontrar e enviar ao Secretário Geral e/ou ao Secretário da Comissão, os nomes de novos tradutores.

Aceitando a mudança na metodologia, tivemos também que re-examinar o tempo de realização do projeto. O Capítulo Geral de 2006 assim se expressou a esse respeito:

“A elaboração das Constituições e dos Estatutos Gerais seja feita, de modo que um Capítulo Geral extraordinário, em 2009, possa estudar e aprovar se as circunstâncias não sugerirem diversamente, a juízo do Ministro Geral e seu Definitório”.

Na minha carta do ano passado eu anunciava 2010 como possível data. Sou grato ao Capítulo de 2006 por ter formulado a moção de modo tão aberto. Agora é claro que a mudança de método inevitavelmente nos impele a protelar esse estudo até o Capítulo Geral ordinário de 2012. Não se tratou de uma decisão tomada às pressas, porque estamos conscientes de que isto implica numa preparação particular do próprio Capítulo. Isso não acontece pela primeira vez, pois o Capítulo de 1982 teve a mesma tipologia, quando foi discutido e aprovado o atual texto das Constituições. O texto final das Constituições, preparado pela Comissão, deverá necessariamente estar pronto com certa antecedência para que as Conferências possam ter o tempo necessário para preparar-se para o Capítulo Geral e em parte facilitar o seu desenrolar.

Agora, caros confrades, espero vivamente que o trabalho proceda sem outros obstáculos e sobretudo envolva um maior número de frades. Repito que nos é dada a possibilidade de refletir sobre a herança recebida, sobre o nosso carisma capuchinho e sobre como entendemos vivê-lo em nossos dias na amplitude e diversidade dos contextos nos quais nós vivemos. Estamos todos envolvidos, qualquer que seja a nossa idade ou cultura, o lugar, sul ou norte do mundo em que estamos. Queremos atualizar responsavelmente e de modo criativo o quanto o próprio Deus indicou como forma de vida ao nosso Seráfico Pai São Francisco e o Papa, oitocentos anos fazem agora, confirmou. É uma ocasião única para

realizar um exercício de fraternidade a nível mundial e de nos confrontar de modo apaixonado com aquilo que nós estamos empenhados a viver com a profissão religiosa. Agradeço ao Presidente e a toda a Comissão pelo trabalho desenvolvido até agora e pela flexibilidade demonstrada neste momento, aceitando adaptar o próprio modo de trabalhar para atingir o melhor envolvimento dos frades de todas as áreas de nossa Ordem. Temos aí um empenhativo período de trabalho e queremos honrá-lo contribuindo intensamente para este processo de renovação do texto fundamental de nossa legislação.

Aproveito a ocasião da festa de São Francisco, para dirigir a todos vocês os votos de Paz e Bem: que Deus abençoe o trabalho que empreendemos para renovar e atualizar a nossa legislação e nos ajude a traduzir em vida vivida e vivida em verdade, simplicidade e alegria, tudo aquilo que as atuais Constituições já contêm.

Fr. Mauro Jöhri
Ministro Geral OFMCap

Roma, 4 de outubro de 2008,
Solenidade de São Francisco

Sommario

1. O caminho traçado para o trabalho a ser feito.....	5
2. Em que ponto estamos?.....	6
3. Como prosseguir o trabalho	9

